

O MUNDO DO TRABALHO ORIGINÁRIO¹

THE ORIGINAL LABOUR WORLD

EL MUNDO DEL TRABAJO ORIGINAL

Caio Oliveira Portella²

 0000-0001-9955-9821

caioportella@id.uff.br

1 Capítulo 2 do trabalho de conclusão de curso, defendida no Curso de Graduação de Geografia da Universidade Federal Fluminense, de título O Espaço Político do PT: A fábrica, o bairro, o sindicato e o partido.

2 Bacharel em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9955-9821>. E-mail: caioportella@id.uff.br.

Artigo recebido em agosto de 2022 e aceito para publicação em janeiro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Neste artigo nos atentaremos sob que determinações se dá a formação de classe, da classe trabalhadora, no ABC Paulista. Busca-se construir uma descrição da espacialidade do mundo do trabalhador em seu paradigma urbano-fábril, utilizando dados fornecidos pelo IBGE para tentar entender o arranjo paisagístico da região e inserir nisso a sociabilidade, ou seja, o espaço vivido, dos trabalhadores. Olhando para o ABC como uma região afetada pela modernização capitalista, assimilando a industrialização e os efeitos dela na construção de um novo sujeito social e entendendo como esse sujeito percebe essa realidade e lida com ela coletivamente.

Palavras-chave: ABC Paulista. Arranjo urbano-fábril. Espacialidade.

ABSTRACT: In this article, we will look at the determinations of class formation, of the working class, in ABC Paulista. It seeks to build a description of the spatiality of the world of the worker in its urban-factory paradigm, using data provided by the IBGE to try to understand the landscape arrangement of the region and insert in it the sociability, that is, the lived space, of the workers. Looking at the ABC as a region affected by capitalist modernization, assimilating industrialization and its effects in the construction of a new social subject and understanding how this subject perceives this reality and deals with it collectively.

Keywords: ABC Paulista. Urban-factory arrangement. Spatiality.

RESUMEN: En este artículo, veremos las determinaciones de la formación de clase, de la clase obrera, en el ABC Paulista. Busca construir una descripción de la espacialidad del mundo del trabajador en su paradigma urbano-fábrica, utilizando datos proporcionados por el IBGE para tratar de comprender la disposición del paisaje de la región e insertar en ella la sociabilidad, es decir, lo vivido. espacio, de los trabajadores. Mirar al ABC como una región afectada por la modernización capitalista, asimilar la industrialización y sus efectos en la construcción de un nuevo sujeto social y comprender cómo este sujeto percibe esta realidad y la aborda colectivamente.

Palabras clave: ABC Paulista. Arreglo urbano-fábrica. Espacialidad.

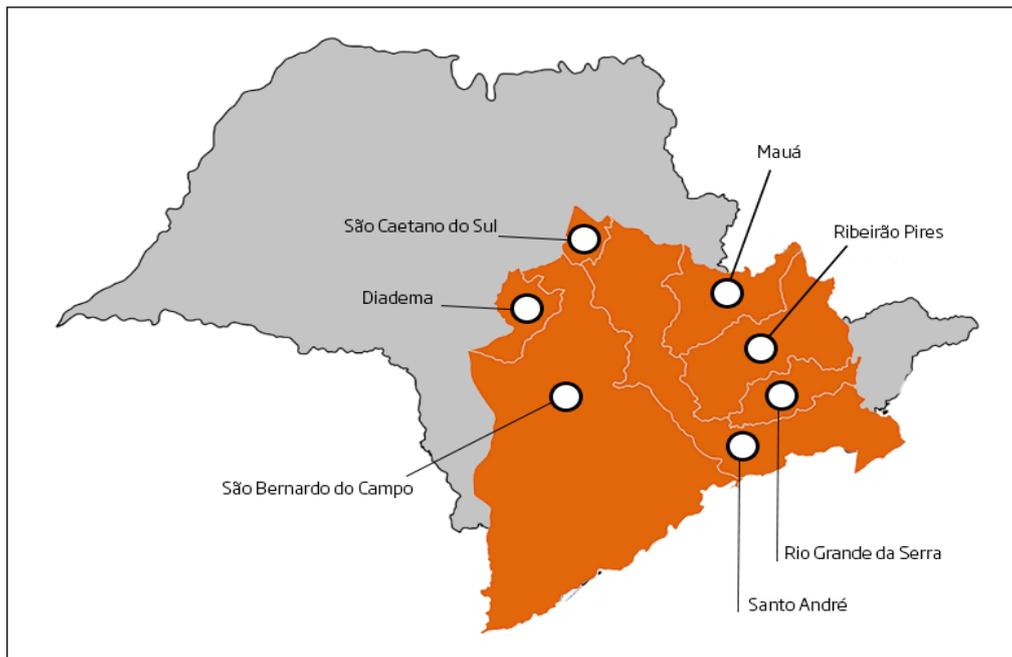
INTRODUÇÃO

Como é a espacialidade do mundo do trabalhador no ABC Paulista, vista numa breve análise sobre a forma na qual a classe trabalhadora vive e se relaciona com o espaço, sua casa, bairro, cidade e, prioritariamente, seu local de trabalho? O espaço vivido dos trabalhadores e o arranjo paisagístico da região. A abordagem de alguns dos problemas relevantes de uma investigação acerca da sociabilidade proletária que consiga expor os efeitos da incorporação do modelo capitalista de acumulação na vida cotidiana e concreta da classe que não detém os meios de produção, para reprodução de sua própria

vida, a partir do modo com que os trabalhadores experienciam as condições impostas pelas relações sociais capitalistas, criam uma tradição política, uma percepção coletiva dessas experiências e da realidade, ou seja, uma consciência de classe, a maneira como os espaços da classe transformam-se em espaços de classe.

O ARRANJO PAISAGÍSTICO URBANO-FABRIL DO ABC PAULISTA

A região do ABC Paulista, formada principalmente pelos municípios de Santo André (A), São Bernardo do Campo (B), São Caetano do Sul (C) e Diadema, foi tornando-se, com o investimento do setor metalmeccânico (as montadoras de veículo, fabricantes de autopeças e as eletroeletrônica), uma região industrial, enquanto sua principal característica urbana. Em 1950 tornou-se o maior aglomerado industrial da América Latina, com empresas multinacionais espalhadas pelas cidades que compunham a região e, por consequência, com empresas de médio e pequeno porte que se portavam como fornecedoras (RAMALHO *et al*, 2009).

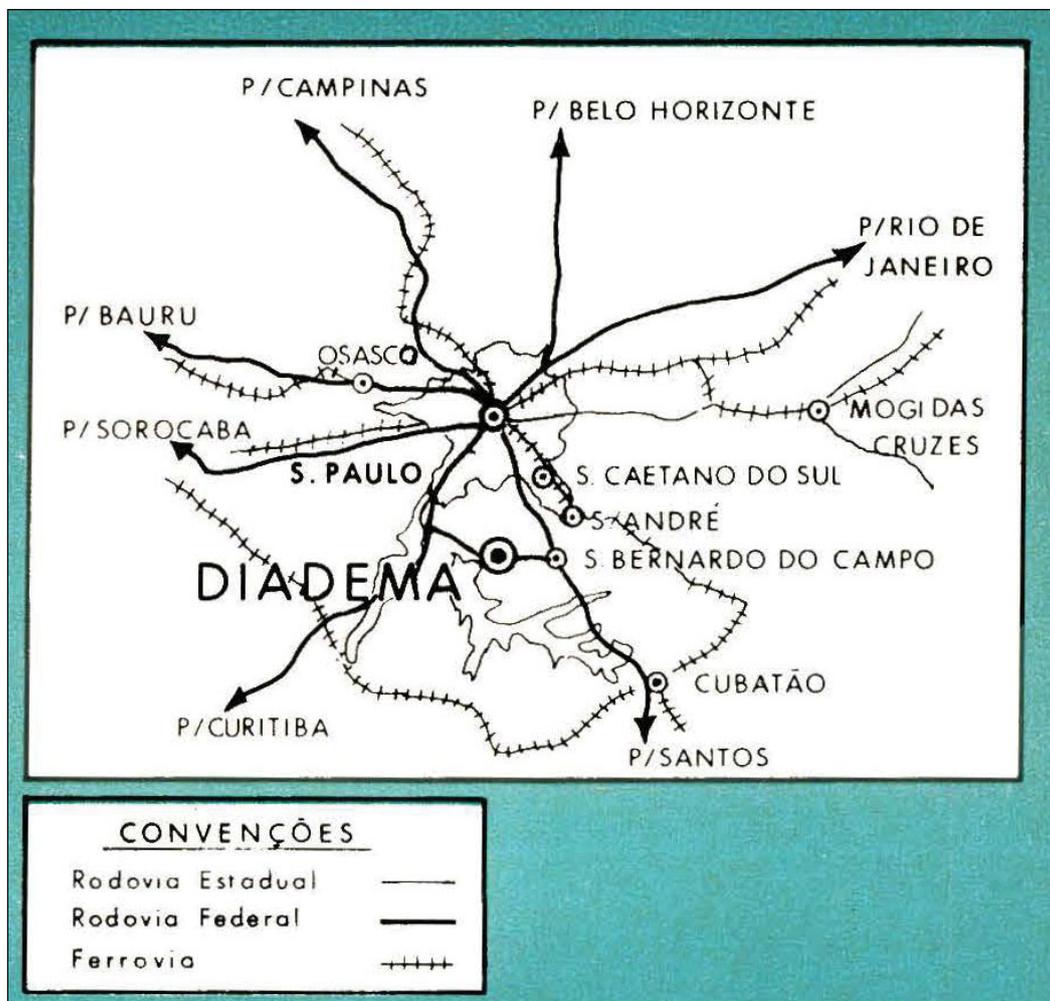


Fonte: Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Figura 1. O Grande ABC.

O ABC, em 1800, caracterizava-se como uma economia agrícola, que funcionava como um abastecimento da cidade de São Paulo. Entretanto, essa realidade começa a se modificar com a construção da primeira ferrovia no estado, que tinha o objetivo de escoar o café do interior para o porto de Santos. A ferrovia trouxe consigo um maior fluxo comercial e a urbanização do território, impulsionando as pequenas manufaturas que existiam na região, as fábricas de cerâmica, de móveis, têxteis e de outros tipos. Com essa situação, as condições materiais (mão de obra livre, assalariamento, demanda interna

de produtos e recursos financeiros, provenientes da exportação de café) se estabelecem. Contudo, até a década de 1950, esse processo de industrialização tardio ficou limitado aos segmentos de alimentos, vestuários e higiene (RAMALHO *et al*, 2009).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Figura 2. Sistema rodoviário e ferroviário do ABC Paulista (1975).

Como consequência do “Plano de Metas” do governo de JK (1956-1960), com os investimentos internacionais para o setor industrial, a região do ABC torna-se o epicentro da industrialização brasileira, localizando-se estrategicamente entre o principal porto do país, na cidade de Santos, e o principal mercado consumidor, em São Paulo. Junto disso o processo também foi beneficiado e possibilitado pelas pequenas e médias empresas da atividade industrial, a infraestrutura ferroviária e rodoviária e o baixo preço da terra, com os incentivos municipais. Em 1970, o ABC Paulista comportava 80% da produção nacional de veículos e, aproximadamente, 20% dos estabelecimentos de autopeças (RAMALHO *et al*, 2009).

A cidade de São Bernardo do Campo, em 1973, possuía uma área de 319km², uma população de 201.462 habitantes e 493 estabelecimentos industriais. Em 1940 havia

apenas 11.685 habitantes, na década de 1950 esse número saltou para 29.295, em 1960 para 82.411, chegando, nos anos 70, a quase triplicar, comportando 90% dessa população na zona urbana da cidade e tornando-se o quinto maior município, em população, do estado de São Paulo. Tal distribuição e avanço populacional deixou a cidade marcada por uma densidade demográfica de 631,54 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 1972).

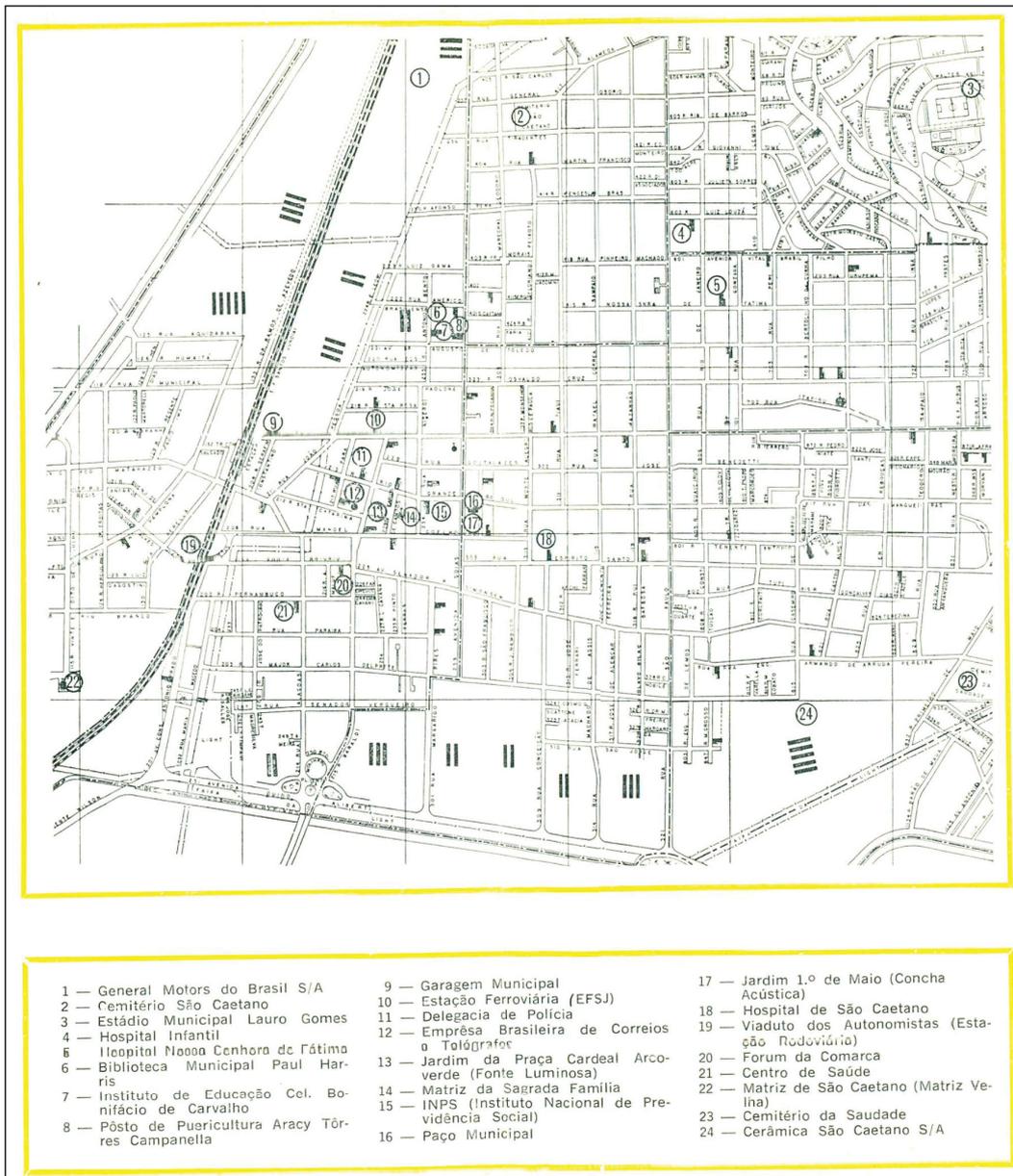


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Figura 3. Mercedes-Benz do Brasil: São Bernardo do Campo–SP.

A cidade tornou-se polo industrial devido à rodovia conhecida como “Via Anchieta”, que cortava a cidade no meio, e tornava-se passagem obrigatória do interior do Estado para o porto de Santos, além de possibilitar a locomoção para a capital paulista em menos de 30 minutos. Nos 493 estabelecimentos industriais, trabalhavam 79 mil pessoas (aproximadamente 40% da população da região), produção que era distribuída (em gênero e número) da seguinte maneira: 488 eram estabelecimentos industriais de transformação (Minerais não metálicas sendo 73, metalúrgicas 59, mecânica 16, material de transporte 28, química 22, mobiliário 118, têxtil 24, alimentares 66, entre outras), em que trabalhavam 78.908 dos operários. Apesar das fábricas de transporte possuírem apenas 28 estabelecimentos, eram elas que ocupavam a maioria dos operários, sendo eles 53.176 (IBGE, 1972).

Quase que dentro de Santo André, temos a cidade de São Caetano do Sul, com uma área de 24km², 150.171 habitantes (dobrando sua população de 1950 para 1970) e 342 estabelecimentos industriais. Situa-se à margem da ferrovia Santos-Jundiaí e, portanto, sofre dos mesmos efeitos que a cidade de Santo André. Sua produção compreende veículos, caixas de mudança, carrocerias, botões de plástico, refrigeradores e máquinas e suas peças. As grandes empresas industriais são: Cerâmica São Caetano S.A., pioneira do parque industrial; Aços Villares; General Motors do Brasil; Indústria Carrocerias Madecar; Irmãos Bastidas; Ponsanezi & Cia; Refinadora de óleos Brasil; Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e Z.F. Fábrica de Engrenagens.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Figura 5. Arranjo da cidade de São Caetano do Sul (1971).

Por fim, a cidade de Diadema com apenas 24km², 78.914 habitantes e 273 estabelecimentos industriais. Dos 25.725 habitantes economicamente ativos, 14.604 dedicam-se às atividades industriais. Devido à proximidade ao centro produtor de veículos automotores de São Bernardo do Campo, Diadema, desenvolveu-se no intuito de fornecer assessoria para essas indústrias. Com fabricante de tratores (a empresa Kubota Tekko), de prensas industriais (Prensas Schuler Ltda.) e outros tipos de matérias que auxiliam na produção automobilística, como motores e óleos (com as empresas Autometal S.A., Solidor, Inbra e Gordon). Dos 273 estabelecimentos, a indústria metalúrgica possuía 57, a química 29 e a mecânica 22. Fazendo com que a região importa-se matérias-primas para diversos tipos de industrial, com predominância de ferro, aço e borracha (IBGE, 1975).

Assim como as outras cidades do ABC, Diadema também foi afetada pela construção das rodovias, que a inseriram entre a capital paulista e o porto, mas nesse caso, era a Rodovia dos Imigrantes, colocando-a a 40 minutos de São Paulo. Suas maiores indústrias sempre se localizam nas proximidades das principais rodovias.

A região do ABC Paulista é composta por diversas cidades, entretanto, é possível estabelecer uma semelhança entre elas enquanto um território produtivo, e por consequência, socioespacial. Todas as cidades são atravessadas por rodovias que ligam os centros comerciais à capital, fazendo com que a região ganhe uma importância econômica nacional e isso gera uma distribuição urbano-fábrica que acontece a partir do perfil das empresas e da localização desta rodovia. Além disso, constrói-se uma divisão regional de produção, em que algumas cidades ficam responsáveis, prioritariamente, por um tipo de atividade produtiva, apesar de extremamente dependente das grandes empresas multinacionais, estabelecendo um modelo de produção hierárquico e fragmentado, de olho sempre para a produção privada de automóveis e não para uma possível articulação da produção nacional (RAMALHO *et al*, 2009).

A ESPACIALIDADE DO ABC PAULISTA

Olhando para como os trabalhadores sentem o ABC Paulista nos anos 1970, enxergam a lógica do capitalismo e como isso influenciou as suas dinâmicas, tem-se aí o significado das relações do, e com, o espaço. Pois a classe se faz na política, na luta coletiva que se dá a partir das identificações comuns, das suas tradições culturais, e o ABC Paulista é isso.

Na década de 70, durante a ditadura militar brasileira, surgem novas identidades coletivas nos movimentos sociais e sindicais, que implicaram uma nova configuração de classe (SADER, 1988). O ABC Paulista, uma zona industrial da região metropolitana de São Paulo, se apresenta como estopim e centro de todas essas mudanças. A princípio (princípio metodológico, mas não, necessariamente, temporal) por seus aspectos estruturais, da maneira com que se estabelecem as relações de produção na região e seu papel produtivo na dinâmica econômica e política do Brasil.

Entretanto, essa mudança na configuração política, social e estratégica da classe trabalhadora não pode ser explicada, somente, por alguma mudança dos mecanismos estruturais. Se analisarmos apenas as condições objetivas da economia e política (por

exemplo: superexploração do trabalho a partir do arrocho salarial) não conseguimos entender, em sua complexidade, o porquê das mudanças nos comportamentos sindicais, das comunidades de base ou de outros movimentos sociais (de bairro, periféricos etc.).

De fato, as contradições do capitalismo dependente, com sua ausência de uma revolução democrática burguesa e dos seus canais institucionais e formais de representação - desenvolvendo-se segundo uma modernização conservadora -, com a heterogeneidade da classe dominante e da classe dominada, seus processos autoritários e preventivos, dão vários dos elementos para compreender as transformações nas organizações política e na sociabilidade dos trabalhadores. Porém, falta entender como os processos se deram de tal jeito e por que naquele momento.

Os processos não são genéricos, são a “soma” dialética das condições objetivas e subjetivas, em que o determinado é mediado pelo simbólico, orientando a ação, pelos significados, sobre as estruturas objetivas. Pois, a diferença, e uma das potências do materialismo histórico, é: entender dialeticamente a distinção - e relação - entre relativo-absoluto, infinito-finito, aparência-essência, fenômeno-lei, subjetivo-objetivo, significa compreender a dimensão absoluta do relativo e a dimensão relativa do absoluto (LEFEBVRE, 2020). A identidade de classe, que deriva da posição que assumem, definindo seus objetivos práticos e valores a partir de suas experiências vividas, constitui uma dimensão do fazer-se histórico. A objetividade relaciona-se e, às vezes, confunde-se com a reprodução (movimento que envolve o simbólico). Articular a classe determinada estruturalmente com a classe das identificações em comum, chegando assim na classe permeada pela a experiência (SADER, 1988).

A cidade de São Paulo era uma das que mais crescia no mundo, por volta de 1950, e seu crescimento transbordou para os outros municípios do Estado. Portanto, durante esse período, o ABC Paulista se vê marcado pela migração e pela urbanização. A habitação, nesse primeiro momento, era o aluguel de um quarto em um cortiço ou de um lote na periferia, e, após algum tempo pagando aluguel, era comum comprar-se um lote na periferia em uma situação precária, produzindo suas próprias casas em novas periferias, mais distantes e menos equipadas. Esse processo se intensifica no momento de um novo surto industrial, com o deslocamento progressivo das indústrias dos antigos bairros fabris paulistanos, que eram empurradas à periferia por uma elevação do preço do solo e por um crescente congestionamento nos transportes. Criando-se novos bairros fabris da classe trabalhadora, com habitações precárias e vulneráveis, mas agora, localizadas na periferia da Grande São Paulo, longe do centro e com isso surgem, também, algumas cidades-dormitório (SADER, 1988).

Essa expansão metropolitana com o deslocamento fabril é marcada por uma intensa remodelação urbana, com a criação de viadutos, destruição de quarteirões, avenidas gigantescas e bairros reconstruídos. Essa expansão - acompanhada da precarização - ocorre pela necessidade de se produzir mais, de atender às demandas da indústria fabril. No que essa expansão-deslocamento ocorre, cria-se grandes distâncias, que precisam ser supridas por um sistema de locomoção de veículos motorizados, e não por acaso, as

principais indústrias que se estabelecem na Grande São Paulo e, principalmente, no ABC Paulista, são as indústrias automobilísticas. Um sistema que cria problemas e os resolve a partir de uma reprodução ampliada, beneficiando, sempre, o capital.

Essa rápida transformação da paisagem urbana é acompanhada por uma migração da mão de obra, que vai sempre de olho no trabalho operário-fabril, entretanto os que não conseguem empregar-se abriam bares, açougues, cabeleireiros, atuavam como encanadores, eletricitas, borracheiros, etc. Constituindo assim a vizinhança, os serviços e a sociabilidade dos bairros operários.

As empresas contratavam principalmente mão de obra jovem, entre 19 e 25 anos e barata. No momento da admissão numa fábrica acontecia uma espécie de entrevista que era basicamente um questionário de quão disposto a ser precarizado o trabalhador estava (se aceitava fazer horas extras, ser mudado de serviço, trabalhar a noite, etc.) e, também, se era organizado política ou religiosamente (num sindicato ou em outro tipo de associação). Após esse questionário, a empresa propagava uma divisão de classe a partir de uma distinção meritocrática entre aqueles que conseguiram ser aceitos e aqueles que permanecem desempregados, com discursos ressaltando que os que passaram são mais inteligentes e mais capacitados que os outros. Em seguida, iniciava-se um convencimento (bem comum nas empresas hoje em dia e entre empreendedores) de que a fábrica tinha uma importância e um significado no plano mundial e que o operário fazia parte disto, como um trabalhador-colaborador (SADER, 1988).

As empresas colaboraram com os militares montando um sistema repressivo policial-militar que somava uma repressão interna com a externa. Existiam chefes e supervisores que tinham apenas a função de atuar mantendo a ordem e proibindo conversas sobre sindicato ou política, vigiando aqueles operários considerados mais políticos (vistos como comunistas). A rede de repressão era beneficiada por operários dedos-duros, que entregavam os militantes para as chefias ou para a polícia. A fábrica no Brasil durante a ditadura militar, incorporava o espaço e o tempo disciplinar (e repressivo) comum ao sistema fabril do modelo capitalista (MOREIRA, 2020), dos horários restritos e da arquitetura e ambiente prisional, que Marx apresenta sobre os seguintes termos:

A subordinação técnica do trabalhador ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho, constituído de indivíduos de ambos os sexos e pertencentes às mais diversas faixas etárias, criam uma disciplina de quartel, que evolui até formar um regime fabril completo, no qual se desenvolve plenamente o já mencionado trabalho de supervisão e, portanto, a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e capatazes, em soldados rasos da indústria e suboficiais industriais. (MARX, p. 608, 2013).

Somando esta disciplina, do espaço e tempo disciplinar, à disciplina e repressão definida “por cima”, registro do autoritarismo do capitalismo brasileiro, protagonizado politicamente pelos militares.

As indústrias automobilísticas usavam um tipo de variante do taylorismo, um esquema de administração e produção que não permitia formação de grupos de trabalho e separava as esferas do planejamento da esfera da execução. Apresenta-se como uma forma mais degradada e precarizante do taylorismo, chamada de “rotinização do trabalho” (diferente da famigerada “racionalização”), que não possibilita, da forma que fosse, um desenvolvimento manual ou científico do trabalhador e sem incentivos monetários para aumento da produtividade (SADER, 1988). O aumento da produção estava sempre justificado pela repressão e pela extração da mais-valia absoluta, somando de maneira positiva a ditadura militar aos mecanismos de produção e valorização de capital.

O modelo utilizado apresentava três diretrizes básicas: a criação de uma estrutura organizacional de apoio à produção, que atuavam na gestão da mão de obra, deslocando-os para as tarefas necessárias (mesmo que isso implicasse colocar um operário em uma atividade que ele não dominasse); estabelecimento de tarefas simples e individualizadas, que assim permitiam a troca e substituição - temporária ou permanente - de qualquer operário; e a criação de um sistema de supervisão hierárquica das tarefas, que impossibilitava o contato dos operários com a coordenação (SADER, 1988). Esse estilo de fábrica privilegiava os objetivos de contenção e de disciplina dos trabalhadores, sempre de olho no aumento da taxa de exploração, criando uma gigantesca rotatividade da força de trabalho, ao invés do modelo de racionalização, que, em partes, atentava-se aos processos de produção (técnicas e tecnologias) para o aumento da produtividade.

Em relação à migração, grande parte dos trabalhadores viveu a experiência proletária na Grande São Paulo nessa situação, procurando trabalho ao mesmo tempo que buscava os documentos e arranjava uma moradia, tentando-se ressocializar-se à uma vida urbanizada com outros padrões culturais - sendo vistos pela polícia como vagabundos, devido à falta de documentos, correndo o risco de serem presos, além do risco de permanecerem sem um lugar para morar. Havia uma marginalização dos saberes rurais na dinâmica da sociabilidade da metrópole, que gerava um sentimento de exclusão e de desenraizamento³. Mas, os discursos dos trabalhadores que justificavam essa migração para uma situação de vida precarizada, material (falta de moradia, de alimentação e de emprego) e subjetivamente (choque cultural e falta do sentimento de pertencimento), eram a da possibilidade da mobilidade social oferecida pela sociedade urbana e, também, o acesso à serviços e produtos que não possuíam na vida rural (SADER, 1988). A modernização não se apresentou como uma não-exploração, apenas como uma exploração refinada.

Tabela 1. Condição Migratória e Renda Área Metropolitana de São Paulo.

CONDIÇÃO MIGRATÓRIA E RENDA ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO				
1970 em percentagem				
Indivíduos do sexo masculino				
Rendimento mensal em Cr\$	Migrantes	Não migrantes	Migrantes recentes	Migrantes antigos
Sem rend.	1,0	1,7	1,5	0,7
1 — 100	3,0	5,4	4,3	2,0
101 — 200	23,0	20,0	36,9	16,4
201 — 500	43,5	36,7	41,1	42,7
501 — 1000	18,9	21,6	10,3	23,8
1001 e mais	10,6	14,6	5,8	14,4

Fonte: G. Martone e J. C. Peliano. Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas.

Essa transformação abrupta na vida dos trabalhadores imigrantes incentivou a construção e o apoio em redes de contatos informais, principalmente por familiares e pessoas que vieram da mesma região. O lugar que a família - assim como as organizações religiosas - assume no suporte da reelaboração dos projetos de vida, se apresenta aos trabalhadores do ABC, de certa maneira, semelhante com o papel dos metodistas na construção da coletividade e da necessidade de organização para com os trabalhadores ingleses no século XVIII (THOMPSON, 1987). Os primeiros passos de um sentimento de pertencimento, de organização e de valores comunitários.

A moradia, como base para reprodução da força de trabalho no capitalismo, ou seja, qualquer atividade desenvolvida fora do trabalho e da produção tem como objetivo, apenas, a reprodução das condições para - o trabalhador - produzir. E é nesse ambiente, que se vivencia primariamente um espaço coletivo, em que, no ABC Paulista, durante esse período, decidia-se, em família, a gestão do trabalho de cada um e dos rendimentos obtidos (obviamente, com suas contradições, hierarquias e problemas internos). A família era um núcleo que funcionava como suporte pelo bem-estar e segurança econômica de seus membros, apresentando-se como “sede de uma experiência coletiva” em que os trabalhadores afirmavam sua identidade (SADER, 1988).

Com o governo ditatorial e autoritário viveu-se o fechamento dos espaços públicos como manifestação do político e, também, da simples convivência social (muitas vezes responsável pelas primeiras construções das identidades em comum, que a partir de esforço político, podem tornar-se uma organização sociopolítica). Sendo assim a fábrica o principal lugar das experiências coletivas - mesmo que as sociabilidades urbanas não tenham se resumido a isso. A dinâmica da fábrica, que concentrava os operários, possibilitou esses contatos sociais, troca de informações e construção da confiança coletiva - apesar, é claro, de facilitar também o controle e a opressão de maneira mais ordenada. Além da facilidade de controle no espaço da fábrica, a distinção entre vida e trabalho no capitalismo, já que o trabalho está sempre associado à exploração, em certas

ocasiões, dificulta essa construção coletiva, que fica reservada para os “espaços de vida” - dando a estes espaços uma potencialidade.

Entretanto, a sociabilidade proletária parece ter uma tendência a caminhar a contrapelo ao capitalismo. Ao mesmo tempo que nos ramos da indústria existe uma facilidade ao controle e à dominação, devido à concentração espacial, os trabalhadores, em geral, costumam superar a perspectiva antissocial do capitalismo e estabelecem suas próprias formas de sociabilidade.

Criando assim, um espaço da classe, a partir de um esforço social - forçando sua sociabilidade - e de uma necessidade (já que caminham sempre enfrentando o autoritarismo do capitalismo brasileiro). Assim como disse Eder Sader sobre os trabalhadores fabris: “(...) em cada lugar novas referências são teimosamente recriadas” (SADER, p.119, 1988). Há uma necessidade, devido à situação estrutural em que é colocada a força de trabalho, de superá-la, mas, em um primeiro momento, é preciso construir redes de solidariedade ou, simplesmente, de trocas afetivas e sociais.

Na formação do nosso capitalismo dependente e de sua urbanização desordenada, com suas altíssimas taxas de superexploração da força de trabalho, a necessidade de vínculos de solidariedade torna-se crucial para reprodução da vida, o apoio entre uma rede de trabalhadoras é o que possibilita a sobrevivência. É, também, o primeiro passo para construção de uma organização política, que tenha como propósito a superação dessa condição e das relações que produzem essa condição.

Entretanto, esses espaços da classe, da sociabilidade, só conseguem transformar-se num espaço político, num *espaço de classe*, a partir de um esforço político, de uma estratégia e de uma intencionalidade (e, também, de condições objetivas propícias). Nesse esboço de olhar da cidade operária não iremos conseguir ir a fundo na análise dessa transição, das leis e fenômenos que perpassam este acontecimento, na “ativação” política de um espaço da classe, muito menos de produzir uma conclusão genérica e abstrata sobre (por não pensarmos que isso seja possível). Mas, acreditamos que o ponto de partida é a análise marxista de que a partir da conclusão de que os trabalhadores são despossuídos, ou seja, a ausência de propriedade é o atributo fundamental da sua situação, e a propriedade privada é o fato que impede a identificação do particular com o universal, transforma o proletariado no portador dos interesses universais. Assim, sem se entregar completamente aos determinismos sociais, é possível concluir que a sociabilidade proletária carrega uma potencialidade universal.

NOTA

3 Eder Sader, em “Quando novos personagens entram em cena”, critica contundentemente a ideia de que os imigrantes do campo seriam incapazes de organizar-se politicamente e realizar uma luta política devido a sua herança paternalista nas relações rurais, tendendo-se a filiar-se ao Estado burguês. Ele se esforça para mostrar que a sociabilidade do campo, mesmo que no processo de desenraizamento pelo urbano, possibilitou a construção, ao seu modo, da sociabilidade proletária. Em contraponto às leituras canônicas, como a de Leôncio Martins Rodrigues.

REFERÊNCIAS

- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de Monografias n.º115 - São Bernardo do Campo**. Rio de Janeiro, 1972. (6.^a Série A)
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de Monografias n.º443 - Santo André**. Rio de Janeiro, 1969. (6.^a Série A)
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de Monografias n.º511 - São Caetano do Sul**. Rio de Janeiro, 1971. (6.^a Série A)
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de Monografias n.º587 - Diadema**. Rio de Janeiro, 1975. (6.^a Série A)
- LEFEBVRE, H. **O pensamento de Lênin**. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.
- MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos da Geografia brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J.; CONCEIÇÃO, J. J. Reestruturação indústria, sindicato e território - Alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.85, p.147-167, 2009.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.